

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — *Presidente*
Luiz Fernando Ferreira Levy — *Vice-Presidente*

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

Segunda-feira, 16 de janeiro de 1995

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Henrique Alves de Araújo
José Ruy Alvarez Filho
Luiz Augusto de Castro

Página 4

De todos os discursos de posse de integrantes do primeiro escalão, nenhum teve tanta repercussão no mercado quanto o do novo presidente do Banco Central (BC), Pêrsio Arida. Não por causa da frustração que confessou de início quanto à sua passagem pelo BC durante a implementação do Plano Cruzado há oito anos. Mas, sobretudo, por descerrar um programa nítido de ação à frente do órgão, frequentemente acusado de ser uma "caixa-preta", e que agora se articula para exercer um papel decisivo em um amplo processo de reformas.

Não chegou a constituir surpresa para aqueles que o conhecem que o novo presidente do BC, considerado um dos principais defensores da atual política cambial, tenha insistido em que a verdadeira âncora, da qual tudo em última instância depende, é a criação de um regime permanente de equilíbrio das contas públicas. Perfeitamente sintonizado com a equipe econômica, Arida destacou que a consolidação fiscal do Plano Real, além de ser um esforço do governo, está condicionada ao apoio do Congresso e da sociedade. Chegou mesmo a dizer que, se a revisão constitucional for novamente frustrada por falta de suporte

parlamentar, "estaremos inapelavelmente condenando ao naufrágio a estabilidade monetária".

Se a reforma fiscal-tributária é base para a construção do futuro, emendas têm de ser introduzidas na Carta em vigor para dar ao BC a atribuição perfeitamente definida de zelar pela estabilidade do padrão monetário e para reformular de alto a baixo o artigo 192, que trata do sistema monetário nacional.

Arida não vem imbuído do espírito que por muito tempo prevaleceu no comando do BC de que novas regras e procedimentos devem ser mudados por mudar, tornando o órgão, como executor das resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), uma espécie de polvo que estende os seus tentáculos sobre toda a economia. Ele defende, ao contrário, uma ampla desregulamentação do sistema financeiro, tolhido por normas que se superpõem quase como camadas arqueológicas a cada alteração na política econômica. E, co-

Economia Brasil A abertura que falta

mo resultado, as instituições não competem entre si, como deveriam, e os mecanismos de controle deixam de ser eficazes por sua complexidade.

De acordo com a mesma orientação, não há por que a abertura comercial, um indiscutível avanço do País nos últimos anos, tenha de conviver com um sistema financeiro fechado. Arida considera que a abertura do setor bancário e de seguros é passo fundamental para a redução dos custos no Brasil. Isso significa mais liberdade para a atuação do capital estrangeiro nessas áreas, o que, como pesquisas têm demonstrado, é aceito pela maioria dos dirigentes de instituições financeiras nacionais. De igual forma, se a privatização avançou na indústria, não há por que ela não possa estender-se ao sistema financeiro. A dimensão desse processo vai naturalmente depender das circunstâncias, mas é intolerável, como bem salientou Arida, que, a cada quatro anos, ao se realizarem as elei-

ções, os bancos oficiais se outorguem o poder de emitir moeda.

Todas essas grandes reformas devem ter correspondência no órgão que lhe cabe dirigir. Deixando de ser tentacular, o BC deve necessariamente ter uma estrutura enxuta, como a dos bancos centrais clássicos. E deve modificar a sua forma de atuação, criando um verdadeiro mercado de reservas bancárias, de modo que as políticas do passivo do Tesouro não se confundam com aquelas do BC.

Arida também mencionou a questão sempre discutida da independência ou autonomia do Banco Central. Em seu entender, devemos evoluir para um sistema pelo qual sejam conferidos mandatos ao presidente e aos diretores do BC, não coincidentes, de preferência, com os de um novo governo. Esta é uma sugestão que também nos parece adequada aos novos tempos. Julgamos, contudo, que um dispositivo deveria ser introduzido, como ocorre em outros países, para evitar que ex-presidentes e diretores do BC possam exercer cargos no sistema financeiro privado por um certo período de anos, após deixarem os cargos. Esta é uma questão ética que naturalmente terá de ser considerada.